

# Funaro cobrará do FMI a

O GLOBO Terça-feira, 23/ 9/ 86

ECONOMIA • 23

## colaboração dos credores

**BRASÍLIA** — “Nos últimos cinco anos, o Brasil tem pago o serviço de sua dívida e não recebeu qualquer contrapartida do sistema financeiro internacional. Agora é a vez dos credores prestarem a sua colaboração e fazerem a sua parte”. Esta é a tese que o Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, levará à Assembléia Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), no próximo dia 29, em Washington. Este mesmo ponto de vista Funaro já apresentou a autoridades econômicas e banqueiros europeus na semana passada, que, segundo suas palavras, foi bem aceito.

O Ministro da Fazenda não quis entrar em detalhes sobre os entendimentos que manteve na Europa com os Ministros de Finanças e Presidentes dos bancos centrais da Inglaterr-

ra, França e Alemanha, mas demonstrou otimismo quanto ao desdobramento das negociações, afirmando que “vários banqueiros” são da opinião de que os empréstimos voluntários, um dos principais pleitos do Brasil, possam ser retomados a curto prazo.

Reconheceu porém que, como os empréstimos são voluntários, não se pode fixar um prazo para que sejam restabelecidos, e admitiu que alguns banqueiros, ao contrário, defendem a posição de que o relacionamento do Brasil com o sistema financeiro internacional em bases normais ainda demorará muito.

Ao fim da entrevista coletiva de ontem, Funaro tomou a iniciativa de dizer que espera, ao término da Assembléia do FMI e dos contatos que

manterá com autoridades econômicas e banqueiros nos Estados Unidos, “que possamos apresentar alguns resultados concretos deste processo de renegociação da dívida brasileira”.

O Ministro afirmou que, nos contatos que manteve com banqueiros e autoridades governamentais na Europa “muitos se mostraram surpresos com os resultados da economia brasileira após o Plano Cruzado”. Para ele, os credores devem aceitar a tese de que o Brasil merece um tratamento diferenciado por parte dos bancos, na medida em que realizou um profundo ajuste na sua economia e “não pode ser colocado na vala comum dos credores, muitos dos quais não fizeram acertos internos”.